

Atividades educativas emancipadoras

Emancipatory educational activities

Atividades educativas emancipadoras

Ivo Tonet*

Resumo: Pode a educação, na atual situação da sociedade capitalista, contribuir para a emancipação humana? O objetivo deste artigo é defender a ideia de que não é possível organizar a educação em sua forma e seus conteúdos, de modo geral, para que ela contribua para a construção de uma sociedade plenamente emancipada. Contudo, na medida em que a sociedade capitalista tem, em sua essência, uma contradição entre capital e trabalho, entendemos que é possível organizar, no interior da própria dimensão educativa, atividades que contribuam para a transformação radical do mundo e para a construção de uma forma de sociabilidade para além e superior ao capitalismo.

Palavras-chave: Emancipação humana. Educação. Atividades educativas.

Abstract: Can education, in the current status of the capitalist society, contribute to human emancipation? The aim of this paper is to defend the idea that generally it is not possible to organize education in its form and its content in order to contribute to the construction of a fully emancipated society. However, to the extent that capitalist society presents, in essence, a contradiction between capital and labor, we believe that it is possible to hold, within its own educational dimension, activities that contribute to the radical transformation of the world and to the construction of a form of sociability that goes beyond and is superior to capitalism.

Keywords: Human emancipation. Education. Educational activities.

Resumen: Puede contribuir la educación para la emancipación humana, en la situación actual de la sociedad capitalista? El objetivo del presente artículo es defender la idea de que no es posible organizar la educación, en su forma e sus contenidos, en general, para que contribuya a la construcción de una sociedad plenamente emancipada. Sin embargo, en la medida en que la sociedad capitalista tiene en su esencia una contradicción entre capital y trabajo, entendemos que es posible organizar en el interior de la propia dimensión educativa actividades que contribuyam a la transformación radical del mundo y a la construcción de una forma de sociabilidad además e encima del capitalismo.

Palabras clave: Emancipación humana. Educación. Actividades educativas.

* Professor da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <ivo_tonet@yahoo.com.br>

Introdução

No livro *Educação, cidadania e emancipação humana* (TONET, 2005), afirmei que não seria viável pretender organizar, hoje, a educação (escolar) no sentido de conferir-lhe um caráter emancipador. Afirmo também, no entanto, que seria possível, no interior dela, realizar atividades educativas de caráter emancipador. Elencava, então, cinco requisitos para a realização dessas atividades. São eles: 1) conhecimento acerca do fim a ser atingido (a emancipação humana); 2) apropriação do conhecimento acerca do processo histórico e, especificamente, da sociedade capitalista; 3) conhecimento da natureza específica da educação; 4) domínio dos conteúdos específicos a serem ensinados; 5) articulação das atividades educativas com as lutas, tanto específicas como gerais, de todos os trabalhadores.

Sabemos que a educação escolar é apenas uma forma da educação. Esta, em sentido amplo, é efetivada em todos os espaços da vida social. Aqui, faremos referência apenas à educação escolar.

Gostaria, nesse breve texto, de precisar um pouco o sentido da proposta relativa às atividades educativas de caráter emancipador. Como se poderá ver ao longo do texto, não se trata de opor, de modo excludente, educação emancipadora a atividades educativas de caráter emancipador. Trata-se de deixar claros os limites insuperáveis que a educação (escolar) encontra, hoje, para contribuir com a construção de uma sociedade efetivamente emancipada. Não consiste, portanto, em negar a contribuição desta forma de educação, mas em deixar claro que, mesmo sendo uma condição necessária para a emancipação humana, não é condição suficiente. Trata-se, então, de apresentar uma forma de propor, mesmo no interior do processo educativo (escolar), outras atividades (educativas) que possam efetivamente contribuir para a emancipação humana.

Não há como negar que a humanidade vivencia hoje uma gravíssima crise, cujo responsável último é o processo de produção e reprodução do capital. Essa crise afeta, de modo diverso, todas as formas da existência humana. A particularidade desta crise, da qual falarei mais adiante, tem rebatimentos específicos também na área da educação e impõe, a meu ver, tarefas também específicas quando se pretende que essa atividade (a atividade educativa) contribua para a construção de uma forma de sociabilidade para além e superior à atual.

O sentido da proposta

Em primeiro lugar, convém esclarecer, ainda que de modo extremamente breve, o que se entende por emancipação humana.

Esse termo, assim como outros – a exemplo de liberdade, democracia, cidadania – tem sido usado, ultimamente, de forma muito frequente mas pouco

rigorosa. A palavra emancipação parece dotada de um sentido óbvio, que não precisaria de nenhuma explicitação. Isto está longe de ser verdadeiro e gera uma grande confusão. Faz-se necessário, pois, esclarecer em que sentido esse conceito é compreendido aqui.

Tomarei neste trabalho o termo no sentido que lhe foi atribuído por Marx. Entendo, então, por emancipação humana uma forma de sociabilidade, situada para além do capital, na qual os homens serão plenamente livres, isto é, na qual eles controlarão, de maneira livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção da riqueza material (o processo de trabalho sob a forma de trabalho associado) e, a partir disso, o conjunto da vida social. Uma forma de sociabilidade na qual, como diz Engels (1971, p. 347):

O conjunto de condições de vida que rodeia o homem, e até agora o dominava, passa, por fim, a estar sob o domínio e orientação dos homens, que pela primeira vez chegam a ser os donos verdadeiros da natureza em virtude de serem os amos de sua própria organização social.

Uma forma de sociabilidade que, por estar baseada no trabalho associado, portanto livre de toda exploração e dominação do homem sobre o homem, produtor de riqueza abundante, em quantidade e qualidade, permitirá a todos os indivíduos desenvolverem, da melhor maneira possível, suas mais variadas potencialidades.

Essa seria a forma mais elevada possível da sociabilidade e da liberdade humanas. Como ainda diz Marx, seria a articulação entre o “reino da necessidade” (que, para ele, ainda é o trabalho associado) e o “reino da liberdade” (o tempo livre). Essa forma de sociabilidade implica, necessariamente, a superação radical de todas as categorias¹ (econômicas, políticas, ideológicas e sociais) que perfazem o modo de produção capitalista.

Como se pode ver, não se trata de algo vago e impreciso, nem de um simples horizonte nunca plenamente alcançável, mas de uma forma muito concreta e radicalmente nova de sociedade, enfim, de uma sociedade comunista. Os homens só poderão ser efetiva e plenamente livres, isto é, humanamente emancipados, em uma sociedade comunista, isto é, em uma sociedade livre de toda forma de alienação, exploração e dominação do homem pelo homem.

Em várias de suas obras (por exemplo: *Glosas críticas, Sobre a questão judaica*) Marx faz uma clara distinção entre emancipação política e emancipação humana, deixando clara a diferença radical entre as duas e a superioridade da segunda em relação à primeira. Na *Crítica do Programa de Gotha*, afirma:

¹ Vale enfatizar que por categorias entendemos, no sentido de Marx, “formas de ser, determinações de existência”. Isto é, antes de tudo, fazem parte da própria realidade e só em seguida é que são também construtos teóricos.

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades”. (MARX, 1971, p. 31-32).

Não há, pois, como imaginar a emancipação humana apenas como um horizonte indefinido, nem como uma ideia reguladora de tipo kantiano ou algum tipo de paraíso terrestre. Trata-se de uma forma precisa, radicalmente nova, de sociabilidade, de um novo modo de produção! Que esse objetivo possa, em princípio, ser atingido, não restam dúvidas porque são os homens e não poderes – naturais ou sobrenaturais – que fazem a História. Isso não significa, de modo algum, que seja fácil ou inevitável; aliás, se fosse inevitável, não haveria história humana.

A construção desta forma de sociedade implicará um duro e complexo processo de lutas do proletariado e seus aliados (outras classes ou segmentos de classe que possam ser atraídos) contra a burguesia e também seus aliados; lutas essas que se darão nos mais variados campos – econômico, político, social e ideológico. Estou, no entanto, referindo-me ao processo de conquista da emancipação humana e ainda não à sua plena efetivação. É aqui que as atividades de caráter emancipador, nos mais diversos campos, terão seu lugar. A questão que se coloca é: o que define o caráter de uma atividade? O que caracterizaria uma atividade como sendo emancipadora?

Entendo que, de um ponto de vista geral, o caráter de uma atividade é definido por sua articulação com o objetivo a ser conquistado. Dependendo do objetivo, a mesma atividade pode ter um sentido muito diferente. O caráter emancipador de qualquer atividade resultará de sua conexão, direta ou indireta, com o objetivo final, isto é, neste caso, com a construção de uma sociedade plenamente livre. Como, porém, ocorrerá essa conexão, somente a análise do processo concreto poderá trazer à luz. Isto porque, em momentos e lugares diferentes, a mesma atividade pode assumir sentidos muito diferentes.

Destas atividades que permitirão construir uma sociedade plenamente livre também poderá participar a dimensão educativa, tanto em sua expressão escolar como extraescolar. Aqui me referirei apenas à dimensão escolar.

A educação é, certamente, uma das dimensões de grande importância para a reprodução social. Ela existe desde os primeiros momentos da vida social,

pois, ao contrário dos animais, os homens não nascem sabendo o que devem fazer para se reproduzir socialmente. A educação é condição imprescindível para que os seres humanos singulares se tornem, de fato, membros do gênero humano. Por isso eles precisam se apropriar do patrimônio – material e intelectual/cultural – acumulado em cada momento pela humanidade, contribuindo, ao mesmo tempo, para a construção desse mesmo patrimônio. A forma e a medida em que este processo de apropriação/efetivação se derem nos permitirão aferir o estágio concreto em que se encontra o ser social.

Na comunidade primitiva, esta tarefa educativa, como todas as outras, estava sob o controle de toda a comunidade. Não havia um grupo separado cuja função fosse a educação. Com a entrada em cena da propriedade privada, a educação, como também todas as outras dimensões sociais, sofreu uma profunda modificação. Foi “privatizada”, isto é, organizada, em seu acesso, seus conteúdos e suas formas, de modo a estar subsumida aos interesses das classes dominantes. Isto não diminui a importância que esta atividade teve e tem para a elevação do nível de vida da humanidade, já que não há uma relação direta e mecânica entre os interesses das classes sociais e as diversas outras dimensões sociais. Todavia, deixa clara a natureza específica e os limites desta forma de atividade em cada momento histórico.

Esta “privatização” ganha uma configuração específica com o advento da sociedade burguesa. Com efeito, essa sociedade é fundada por um ato (de trabalho – o trabalho assalariado) que não só dá origem às duas classes fundamentais (burguesia e proletariado) que a compõem, porém que configura a base para que não apenas uma, mas ambas as classes possam configurar um projeto para toda a humanidade. Certamente, não são projetos de igual valor, mas ambos têm um alto grau de universalidade. Desse modo, também o proletariado pode trazer à cena um projeto para toda a humanidade.

Embora a luta por esse projeto possa ser dificultada pela burguesia, ela não pode ser inteiramente suprimida, sob pena de inviabilizar a própria reprodução da sociedade burguesa. O acesso de todos a um determinado nível de conhecimento e de comportamento é imprescindível para a reprodução da própria sociedade capitalista. Não só os burgueses precisam ser preparados para dirigir a sociedade, mas também os trabalhadores precisam de um determinado nível de conhecimento e de comportamento para que o sistema capitalista possa funcionar. A preparação da força de trabalho não pode se dar, como nos modos de produção anteriores, apenas no interior do próprio processo de trabalho. Além disso, a forma particular da sociabilidade capitalista, que articula desigualdade social com igualdade formal, implica, por parte de todos e, portanto, também dos explorados, a adesão a esta forma de sociedade, sem que, para isso, tenha que ser utilizada, rotineiramente, a violência direta. Esta não deixará de existir,

mas apenas em determinados casos e, muitas vezes, como último recurso. Daí por que a formação para a cidadania, isto é, a internalização dos valores, ideias, concepções de mundo, comportamentos etc., é de capital importância.

Este acesso ao conhecimento e a uma determinada formação, garantido pelo ato que funda a sociedade burguesa, passa, então, a ser uma arma de dois gumes. De um lado, pode favorecer os interesses da burguesia; de outro lado, também pode favorecer os interesses do proletariado. Daí porque o controle, não só político e administrativo, mas também ideológico, do processo educativo é de capital importância para que a burguesia possa manter-se como classe dominante. Daí, também, porque a luta contra esse controle é de grande importância para que o proletariado possa levar adiante o seu projeto societário.

No entanto, a hegemonia desse processo, embora com enormes oscilações, nunca deixará de estar nas mãos da classe burguesa. Afinal, quem organiza a educação é, em última instância, o Estado e este, por mais que em sua concretude seja o resultado da luta de classes, em sua essência, nunca deixa de ser um instrumento de defesa dos interesses da burguesia. Isso significa que não somente o acesso, mas também as formas e inclusive os conteúdos a serem transmitidos serão, de alguma forma, e sem que isso implique intencionalidade manifesta, clivados no sentido de favorecer a reprodução da sociedade burguesa. Todos os conhecimentos, os valores, os comportamentos, as ideias e as habilidades serão, de alguma forma, postos a serviço da continuidade da sociedade burguesa.

Pretender, pois, organizar o processo educacional, em seu conjunto, de modo a favorecer os interesses da classe trabalhadora, é uma empresa fadada de antemão ao fracasso. A condição ineliminável para isso seria a completa destruição do capital (com todas as suas categorias: mercadoria, mercado, mais-valia, trabalho assalariado, propriedade privada, exploração e dominação, alienação etc.) e do Estado pois, como vimos, são eles que garantem, cada um a seu modo, mas articuladamente, que a educação seja organizada em função dos interesses da burguesia. Isto, por sua vez, implicaria uma revolução que destruísse a própria classe trabalhadora como classe.

Sem dúvida, é necessário que a classe trabalhadora tenha acesso ao conhecimento historicamente sistematizado e acumulado, pois sem o patrimônio – cognitivo, tecnológico e artístico – amealhado até o momento pela humanidade, seria para ela impossível tanto iluminar o processo de sua libertação como construir uma outra e superior forma de sociabilidade. A burguesia pode opor a isso inúmeros obstáculos, mas não pode impedir totalmente, pois isso significaria a sua própria morte. Contudo, ainda que esse acesso da classe trabalhadora ao conhecimento historicamente sistematizado seja necessário, não é condição suficiente para embasar a luta pela sua emancipação. Se o acesso

ao conhecimento sistematizado fosse condição necessária e suficiente, a classe trabalhadora de alguns dos países mais desenvolvidos teria uma consciência e uma atuação revolucionárias. Ela está muito longe disso!

Este acesso não é condição suficiente por dois motivos: primeiro, porque a educação escolar não é o elemento-chave para a formação da consciência revolucionária. A luta social é este elemento fundamental. É na luta social que essa consciência, dependendo, também, de determinadas condições, é forjada de maneira muito mais rápida e clara. Segundo, porque todo o processo educativo está clivado no sentido de atender aos interesses da reprodução do capital. Os próprios conteúdos do conhecimento sistematizado, que são fundamentais no sentido da formação de uma consciência revolucionária, já foram sistematizados e são organizados e tratados de modo a impedir, embora não de forma absoluta, uma compreensão efetivamente revolucionária de todo o processo histórico.

Por isso mesmo, não basta ter acesso a esse conhecimento sistematizado. Para que houvesse uma educação emancipadora, seria necessário reconfigurar inteiramente tanto os conteúdos como o conjunto da educação – tarefa, obviamente, impossível no âmbito da sociedade burguesa. Baste, aqui, um exemplo: a articulação entre trabalho e educação. Uma sociedade humanamente emancipada (comunista) implica a articulação harmoniosa entre esses dois momentos, superando a oposição entre trabalho manual e trabalho intelectual. Ora, na sociedade capitalista esta integração harmoniosa é absolutamente inviável; o capitalismo se baseia exatamente nesta oposição. É o trabalho assalariado – fundamento do capitalismo – e não o trabalho associado – fundamento do comunismo – que organiza, ainda que de forma indireta, a educação e todas as outras dimensões sociais. A meu ver, a construção – processual – mais harmoniosa desta articulação entre trabalho e educação só é possível no período de transição entre capitalismo e comunismo. Somente com a destruição do Estado burguês e a tomada do poder político (não do Estado) pelos revolucionários seria possível iniciar esse processo.

No entanto, dada a natureza específica – contraditória – do ato que funda a sociedade burguesa, com todas as suas consequências, é possível, no interior desta mesma sociedade, desenvolver atividades educativas que contribuam para que a classe trabalhadora e integrantes de outras classes (da pequena burguesia e até da própria burguesia) tenham acesso ao que há de mais elevado no patrimônio acumulado pela humanidade. De forma limitada, mas é possível, pois uma coisa é certa: não basta à classe trabalhadora ter acesso aos conteúdos tradicionais. A classe trabalhadora tem necessidade de um conhecimento de caráter revolucionário, isto é, de um conhecimento que lhe permita compreender o conjunto do processo histórico de tal modo que ela se veja como sujeito capaz de transformar radicalmente o mundo. Portanto, de um conhecimento que esteja,

por sua própria configuração, intimamente articulado com a transformação radical do mundo. Esta compreensão não lhe é, de modo algum, fornecida pelo simples acesso ao conhecimento sistematizado. Este simples acesso contribuirá, no máximo, para uma formação de alto nível, mas conservadora. É o que se pode observar cotidianamente.

Para evitar mal-entendidos, vale esclarecer com precisão o que se entende por conhecimento de caráter revolucionário. Não se trata de discutir a problemática do poder político e nem sequer de buscar politizar todo tipo de conhecimento. Afinal, não existem uma Física, uma Matemática ou uma Química etc., reacionária ou revolucionária. Mas, mesmo a Física, a Matemática ou a Química são, elas mesmas, mediações para o conhecimento da natureza e estarão, ainda que de forma muito mediada, a serviço da construção de alguma forma de socialidade. Antes de ser físico, matemático ou químico, o sujeito é um ser humano, faz parte de uma sociedade concreta e também a ele dizem respeito os destinos da totalidade da sociedade. Independente da consciência desses cientistas, seu campo específico de atuação implica uma determinada concepção de mundo mais geral, implícita ou explícita. Não é, pois, de modo algum, indiferente que um cientista da natureza tenha uma concepção de mundo revolucionária ou conservadora: isso lhe permitirá perceber a serviço de que e de quem está o conhecimento que ele produz. Além disto, uma concepção de mundo revolucionária permitirá que os conhecimentos produzidos nos diversos campos da ciência da natureza contribuam para a construção desta mesma concepção de mundo ao invés de ficarem confinados em suas esferas específicas e, muitas vezes, se colocarem lado a lado com crenças religiosas e/ou místicas e irracionistas.

Se isto vale para as Ciências da Natureza, muito mais valerá para as Ciências Humanas e para a Filosofia, mas também aqui o caráter revolucionário não significa a politização direta de todos esses conteúdos. Um conhecimento de caráter revolucionário nessas áreas implicará a compreensão de qualquer objeto de estudo como resultado de um processo histórico e social; acarretará, sempre, compreender a origem, a natureza e a função social de qualquer fenômeno estudado. Nesse sentido, a aceitação de determinação social – materialista e dialeticamente entendida – do conhecimento é de fundamental importância. Para isto, a categoria da totalidade também é absolutamente essencial, pois é ela que permite superar, pelo menos no plano teórico, a fragmentação típica do saber tradicional. Além disso, também é da máxima importância a intervenção das categorias de essência e de aparência, pois elas, quando corretamente entendidas, permitem superar tanto o idealismo quanto o empiricismo que marcam o conhecimento tradicional.

Desse modo, podemos dizer que conhecimento de caráter revolucionário é aquele que permite compreender qualquer objeto de estudo – seja ele natural

ou social – como um momento do processo de construção da totalidade do ser social.

Ora, o acesso a um conhecimento de caráter revolucionário, no interior da educação escolar, é, inegavelmente, muito difícil e limitado por causa da organização e dos controles já mencionados. Além disso, sua maior ou menor amplitude dependerá de cada momento e lugar históricos. Assim, quanto maior a crise do capital, maior será a necessidade de ele controlar o conjunto do processo social e, portanto, também do processo educativo.

De modo especial, na presente crise do capital, gravíssima e estrutural, esse tem necessidade de subsumir, de forma praticamente total, todas as dimensões da atividade humana à reprodução dos seus interesses. A intensificação dos processos de privatização e mercantilização da educação, em todos os níveis, mostra claramente isso. Desse modo, o campo para a realização de atividades educativas emancipadoras, isto é, com caráter revolucionário como entendido aqui, estreita-se cada vez mais. E não só nos processos mais evidentes de privatização e mercantilização, mas também nos próprios conteúdos, pois tanto as Ciências Humanas quanto a Filosofia são, hoje, cada vez mais hegemônicas por um viés conservador, quando não reacionário mesmo. As elaborações mais avançadas não vão além de advogar a reforma, o aperfeiçoamento, a humanização do capitalismo (do tipo: preocupação social das empresas, ética na política, amigos da escola etc.).

Há, porém, um outro elemento que torna ainda mais complicada a situação atual. Trata-se da questão do estado em que se encontra a luta de classes. Como se pode constatar ao estudar as lutas travadas entre capital e trabalho desde que o capitalismo se tornou a forma predominante da sociabilidade, embora o trabalho tenha obtido vitórias pontuais, muitas vezes de grande significação histórica, todas as suas grandes tentativas de superar revolucionariamente o capitalismo foram derrotadas. Começando pelas tentativas revolucionárias de 1848, passando pela Comuna de Paris, pela revolução russa, de 1917, a chinesa, de 1949, a cubana, de 1959, para citar apenas as mais expressivas, nenhuma das tentativas revolucionárias socialistas foi bem sucedida. Por outro lado, também fracassaram todas as tentativas de construir uma sociedade socialista pela via reformista da social-democracia. Todos estes insucessos e seus desdobramentos tiveram como resultado uma vitória cada vez mais devastadora do capital e, ao mesmo tempo, a perda do horizonte revolucionário, a perda da centralidade – ontológica e política – do trabalho e sua substituição pela centralidade da política². Como resultado de todo este processo extremamente complexo, a classe trabalhadora (o proletariado) que, segundo Marx, é a única classe autenticamente

² A esse respeito, ver o livro de Nascimento e Tonet (2009).

revolucionária, encontra-se, hoje, ausente – teórica e praticamente – da condução da luta pela superação radical do capitalismo.

Não é difícil perceber as enormes e negativas consequências que essa situação da classe trabalhadora tem sobre o conjunto da luta social. De um lado, sem encontrar uma oposição teórica e praticamente organizada em sentido revolucionário, o capital pode intensificar cada vez mais o processo de exploração e submeter a humanidade a sofrimentos inimagináveis. De outro lado, o caráter predominantemente reformista e economicista de todas as lutas do proletariado retira do horizonte a perspectiva revolucionária e impede que outras categorias que, em momentos de avanço, podem se transformar em aliadas, possam também avançar mais. Adicionalmente, isto também tem como consequência a busca de soluções no interior de cada categoria ou através de lutas sociais setorializadas; no caso da educação, pela invenção de novas formas pedagógicas, didáticas etc.

Deixa-se, assim, de perceber que o problema fundamental, não evidentemente o único, está situado na dimensão do trabalho, isto é, no fato de estar ausente a locomotiva – a classe operária – que deveria conduzir e nortear toda a luta contra o capital e contra o Estado.

É esta situação que, a meu ver, confere o específico sentido e a específica importância à questão das atividades educativas de caráter revolucionário. Pois, mesmo diante de uma situação tão difícil, mesmo que o espaço para a realização dessas atividades seja muito estreito, ele existe e pode e deve ser aproveitado.

Atividades educativas emancipadoras

O que são atividades educativas de caráter emancipador? Entendo como todas aquelas que contribuem para que as pessoas tenham acesso ao que há de mais elevado no patrimônio cognitivo, artístico e tecnológico de que a humanidade dispõe hoje. Não basta, porém, o acesso, abstratamente pensado. Para que estas atividades possuam um caráter emancipador devem ter algumas características particulares.

Em primeiro lugar, são atividades que contribuem para que as pessoas compreendam o processo histórico, desde as suas origens e os seus fundamentos até os dias atuais, de modo a que entendam que a realidade social é “radicalmente histórica e social”, isto é, que ela resulta apenas da atividade humana e não de potências divinas ou naturais. Um sólido compromisso com a emancipação humana supõe a convicção, racionalmente fundada, de que a História é feita exclusiva e integralmente pelos homens. Daí porque seu estudo, não como disciplina especializada, mas como compreensão articulada dos vários aspectos – econômicos, políticos, sociais, ideológicos, culturais – do que realmente aconteceu ao longo

do processo histórico é de capital importância. Por sua vez, esta compreensão, para ser o mais elevada possível, deveria estar embasada no patamar cognitivo também mais elevado à disposição da humanidade, hoje. Os fundamentos (ontológicos) deste patamar foram elaborados por Marx e Engels, especialmente nas obras *Manuscritos econômico-filosóficos* (MARX, 2004) e *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2009). Esses fundamentos embasam uma concepção materialista da História. Infelizmente, nem sequer o estudo e o ensino da História são, hoje, favoráveis a esse tipo de compreensão – muito pelo contrário. Pode-se imaginar o restante das diversas Ciências Humanas.

Em segundo lugar, são atividades educativas que permitem a compreensão da origem e natureza da sociabilidade capitalista, da lógica da reprodução do capital, das contradições e das classes sociais típicas da sociedade burguesa, da alienação que a caracteriza, da natureza e das consequências da atual crise do capital e da possibilidade e da necessidade da total superação dessa forma de sociabilidade. Para isso, o estudo da obra máxima de Marx (1975), *O Capital*, é de extrema importância. Sabemos como isso é difícil (mesmo na universidade), de todo modo, não se trata, necessariamente, de estudar a obra, mas compreender a sociedade capitalista a partir de seus fundamentos, e é deles que trata esta obra de Marx. Sem dúvida, o estudo de *O Capital* pode, dependendo do momento e lugar, ser um poderoso instrumento. Contudo, existem muitas outras obras e estratégias (por exemplo, filmografia, obras artísticas e literárias) que permitem chegar ao mesmo objetivo. Infelizmente, de novo, nem sequer nas áreas de Ciências Humanas e de Filosofia da universidade há acesso a esse tipo de conhecimento. Pode-se imaginar, então, como isso está longe, nas outras áreas, em que impera o tecnicismo.

Em terceiro lugar, também são atividades educativas que permitem compreender os fundamentos, a natureza e a possibilidade real de construção de uma sociedade comunista. A correta compreensão, pelo menos em seus elementos fundamentais, do que será, se vier a existir, uma sociedade comunista, é de fundamental importância para evitar as idealizações e as imprecisões. Infelizmente, por uma série de circunstâncias históricas, o ideário comunista foi profundamente deformado e deturpado, tanto teórica como praticamente. Desse modo, o resgate de sua integridade é necessário para que possa ser assumido como um objetivo digno de ser perseguido. Assim como o capitalismo exige a internalização de ideias, valores e comportamentos adequados à sua reprodução, também a construção de uma sociedade comunista demanda que as pessoas se convençam da superioridade dessa forma de sociabilidade sobre a atual sociedade. Uma fundamentação sólida dessas convicções tem que tomar como ponto de partida a categoria do trabalho e compreender como, a partir dela, originam-se todas as outras dimensões da vida social.

O exame do processo histórico, a começar por essa categoria, mostraria que toda forma de sociabilidade teve, como seu fundamento, uma determinada forma de trabalho. O trabalho de coleta fundou a sociedade em sua forma primitiva, o trabalho escravo fundou a sociedade escravista, o trabalho servil fundou a sociedade feudal e o trabalho assalariado fundou e continua a fundar a sociedade capitalista. Desse modo, a sociedade comunista também deverá ter uma determinada forma de trabalho como o seu fundamento. Este é o trabalho associado, uma forma de trabalho em que os produtores controlam de forma, livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção da riqueza material e, a partir daí, o conjunto do processo social. Importantíssimo é, pois, compreender como se dá a articulação entre trabalho associado e emancipação humana.

Por outro lado, a compreensão do processo histórico a partir do trabalho também permite entender que a realidade social é radicalmente histórica e social, isto é, integralmente produzida pelos próprios homens. Permite compreender, de modo especial, que a natureza humana mais essencial também é produto dos próprios homens e não de forças naturais ou sobrenaturais. Do que se depreende que a sociedade capitalista, juntamente com a natureza humana egoísta que ela produz, também é um resultado da atividade humana e não uma forma eterna de sociabilidade. Tudo isto permite compreender que a superação radical desta sociedade e a construção de uma sociedade comunista é possível, embora não inevitável.

Além disso, também poder-se-ia fundamentar, tanto do ponto de vista ontológico (condições ontológicas de possibilidade), como do ponto de vista histórico-concreto (condições histórico-concretas de possibilidade), a possibilidade e a necessidade de uma ruptura radical com o capital, vale dizer, a possibilidade e a necessidade da revolução. Permite, de modo especial, esclarecer o sentido essencial de revolução, vale dizer, que a essência da revolução não é a tomada do poder político, mas a mudança na forma do trabalho. No caso da revolução proletária, a erradicação do trabalho assalariado e sua substituição pelo trabalho associado.

Esse ponto de partida também possibilita identificar com clareza qual o sujeito fundamental da revolução, bem como seus possíveis aliados e seus verdadeiros inimigos. Afinal, é a partir do processo de trabalho que se constituem as classes sociais, portanto só o exame concreto da forma do trabalho é que permitirá identificar tanto quais são as classes essenciais e as secundárias como compreender a situação concreta em que elas se encontram no processo de luta entre capital e trabalho.

Em quarto lugar, são atividades educativas que permitem compreender a natureza específica da educação, a função social que ela cumpre, suas possibilidades

e seus limites. Esta compreensão evitará tanto a supervalorização da educação, que se expressa, muitas vezes, na afirmação de que ela é a responsável fundamental pelo progresso, quanto a desvalorização desta atividade, retirando-lhe qualquer possibilidade de contribuição ativa na luta revolucionária. Se considerarmos que hoje predominam, de um lado, concepções idealistas de educação, que lhe atribuem o papel de elemento fundamental no “desenvolvimento” da sociedade e, de outro lado, concepções que visam meramente adequar esta atividade aos interesses da reprodução do capital, veremos a enorme importância da correta compreensão da natureza específica da educação.

Por fim, todo esse conjunto de atividades contribuirá para que as pessoas possam se engajar na luta pela construção dessa nova sociedade, participando tanto das lutas específicas da dimensão educativa quanto das lutas mais gerais. De nada adiantaria uma teoria que permanecesse apenas no espaço teórico. Contudo, a teoria marxiana se caracteriza exatamente por possibilitar um tipo de conhecimento que articula a crítica radical, isto é, uma compreensão dos fenômenos sociais que vai até sua raiz, à transformação também radical, vale dizer, uma subversão da totalidade social a partir de seus fundamentos. Outras teorias fazem críticas, muitas vezes de grande pertinência, no entanto nenhuma outra teoria implica essa articulação insuprimível entre crítica radical e transformação radical.

O domínio da concepção materialista – histórico-dialética – da História é condição imprescindível para poder desenvolver essas atividades. Tal concepção é o que a humanidade produziu e tem à disposição de mais elevado para a compreensão da realidade social. Não é muito difícil sustentar essa afirmação, se admitirmos – e isso é *conditio sine qua non* – que as classes sociais, por sua própria posição no processo produtivo, são o sujeito fundamental da História e do conhecimento, então o sujeito que propõe o horizonte cognitivo mais elevado é a classe trabalhadora. Isto porque ela coloca a possibilidade de fundar uma concepção de mundo que demonstre a radical historicidade e socialidade do mundo dos homens.

Bastante variados são os espaços para a realização destas atividades. Na sala de aula, em eventos dentro e fora do âmbito escolar, no laboratório, na pesquisa e publicação, em atividades de extensão, cursos e palestras, grupos de estudo e pesquisa, na participação nas mais diversas lutas dentro e fora do espaço escolar etc. Não existe receita para sua realização porque cada situação é diferente da outra. Então, a criatividade, a iniciativa e a disposição são elementos fundamentais.

Para além de todos os obstáculos burocráticos e ideológicos que se antepõem à realização dessas atividades, ainda é preciso ressaltar que o educador que pretende contribuir para sua realização deve, ele mesmo, estar munido, em

grau elevado (obviamente sempre em processo) daqueles conhecimentos mencionados. Se pensarmos naquelas condições referidas para a realização dessas atividades, veremos que é muitíssimo reduzido o número de educadores que dispõe delas. Como no espaço escolar, desde o Ensino Fundamental até a universidade, uma compreensão crítica de todos os fenômenos sociais não é, de modo nenhum, privilegiada, não resta ao educador que pretende realizar atividades educativas de caráter emancipador senão a busca individual, ou em pequenos grupos, por esse tipo de formação. O estudo das obras dos clássicos do marxismo, especialmente de Marx, é, certamente, condição imprescindível para adquirir esse tipo de conhecimento.

Infelizmente, as condições de trabalho impostas à ampla maioria dos educadores tornam essa tarefa sobremaneira difícil. Como dedicar um tempo extra à aquisição desse conhecimento se praticamente todo o tempo está tomado por um excesso de trabalho e uma remuneração extremamente precária? É preciso muita disposição, fundada na convicção da importância desse conhecimento para que as pessoas assumam essa tarefa. Não é impossível, mas não é nada fácil.

Há, no entanto, um outro obstáculo à busca desse conhecimento. Trata-se da tradição ativista e voluntarista que permeou, desde o stalinismo, a formação da maioria dos militantes de esquerda. Formados na convicção de que o saber já está codificado nas obras dos clássicos do marxismo e que bastaria se apropriar deste saber pela leitura de obras simplificadoras, esses militantes não aprenderam a estudar com seriedade, investigar em profundidade, questionar verdades estabelecidas, enfrentar a busca pela especificidade dos novos problemas. Limitaram-se a se apropriar, quando muito, de um marxismo empobrecido julgando que, com ele, estariam aptos a levar aos ignorantes a luz do saber.

Marxismo não é dogma, nem cartilha, nem escritura sagrada. É uma nova concepção de mundo, que parte de determinados fundamentos filosóficos, abstraídos do processo real e não meramente produzidos pela subjetividade, e que, com base nestes fundamentos, permite abordar qualquer fenômeno social, sempre aberto à busca de sua específica concretude. Nenhum dogma e nenhuma cartilha permitem fazer isso. Daí por que a apropriação desse instrumental metodológico, cujos fundamentos foram elaborados por Marx e Engels, é de fundamental importância.

Vale enfatizar que, em princípio, todo educador de qualquer área pode realizar esse tipo de atividade. Seja ele um professor de Física, Química, Biologia ou Filosofia e Ciências Humanas. Antes de ser físico, químico, biólogo ou filósofo e cientista social, todo professor é membro do gênero humano e, por isso mesmo, em princípio, a atividade que desenvolve deveria estar conectada com os destinos de toda a humanidade. Cada um deverá encontrar a forma específica, adequada à sua área de conhecimento.

Como já mencionei anteriormente, quanto mais intensa a crise do capital, maior será a necessidade que ele tem de subsumir à sua reprodução todas as dimensões da vida social. O que significa que também a educação será posta, cada vez mais, a serviço dessa reprodução, não apenas do ponto de vista da formação de força de trabalho adequada aos interesses do capital, mas também do ponto de vista ideológico, isto é, da formação de pessoas para as quais essa forma de sociabilidade seja o horizonte máximo possível. Daí a ênfase na formação para a cidadania e democracia e na crença na possibilidade de aperfeiçoamento constante dessa ordem social.

Como se pode ver, atividades educativas de caráter emancipador são atividades muito precisamente delimitadas. São atividades que estão articuladas, de modo direto ou indireto, com a luta pela superação do capitalismo e construção de uma sociedade plenamente emancipada, isto é, comunista.

Referências

- ENGELS, F. **Anti-Dühring**. Lisboa: Afrodite, 1971.
- MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. Porto: Portucalense editora, 1971.
- MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MARX, K. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo: O rei da Prússia e a reforma social**. De um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NASCIMENTO, A.; TONET, I. **Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. São Paulo: Alfa/Omega, 2009.
- TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.
- TONET, I. **Sobre o socialismo**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- TONET, I. **Cidadania ou emancipação humana**. Disponível em: <www.ivotonet.xpg.com.br>. Acesso em: 1 jun. 2013.

Recebido em 09/06/2013

Aceito em 03/07/2013